



ACÓRDÃO Nº110/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11128/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Almir Fernandes Guimarães (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Livia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7222, Marcia Caroline Milleo Laredo – OAB/AM 8936, Fernanda Couto de Oliveira – OAB/AM 11.413, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Thara Natache Calegari Carioca – OAB/AM 8456, Karla Maia Barros – OAB/AM 6757, Beatriz Bezerra de Freitas – OAB/AM 12.155, Lucca Fernandes Albuquerque – OAB/AM 11.712.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5615/2020-MP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Urucará. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas anual da Câmara Municipal de Urucará, exercício 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Almir Fernandes Guimarães**, Presidente da Câmara Municipal de Urucará à época dos fatos, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei n.º 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, dando-se quitação ao Responsável, condicionado ao atendimento dos artigos 24 e 72 da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM.

10.2. Determinar à Câmara Municipal de Urucará, que:

10.2.1. Apresente as próximas prestações de contas de viagem com todos os documentos necessários à comprovação do deslocamento, quais sejam, bilhetes de passagens referentes ao trecho completo, certificados de cursos quando for o caso, declaração de comparecimento em reuniões, registros fotográficos, dentre outros, com o fito de



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº110/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

complementar o Relatório de Viagem em conformidade com o princípio da transparência e da moralidade, sob pena de as próximas contas serem julgadas irregulares por reincidência, nos termos do art.188, §1º, inciso III, alínea “e”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM.

10.3. Dar ciência ao Sr. Almir Fernandes Guimarães e patronos, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão proferido pelo e. Tribunal, para que tome ciência do decisório.

11- Ata: 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Fevereiro de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral